

Agricultura urbana em Curitiba: um fenômeno heterogêneo e desigual

Elizandra Flávia Araujo¹
Marcos Paulo Fuck²

RESUMO

A política da cidade de Curitiba em relação à agricultura urbana é destacada como caso de sucesso no Brasil, mas há na cidade outros movimentos em torno do tema que partem da sociedade civil. O presente estudo teve por objetivo identificar e caracterizar as diferentes categorias de praticantes de agricultura urbana em Curitiba. Para tal, foi realizada uma pesquisa descritiva mediante análise bibliográfica e documental. Primeiramente, foram levantados os principais aspectos do Programa Municipal de Hortas Comunitárias e o perfil dos seus beneficiários. Observou-se que as atividades se concentram nas áreas periféricas da cidade, e a maioria dos participantes possui renda familiar mensal de até 2 salários mínimos. Também foram mapeadas outras duas categorias de praticantes: a primeira conforma uma comunidade epistêmica, cuja reivindicação de uso do espaço urbano para práticas de agricultura urbana deu origem à Lei Municipal de Agricultura Urbana de Curitiba. Há também aqueles que têm na agricultura seu meio de reprodução social, mas que apresentam tendência ao desaparecimento em virtude da expansão urbana sobre áreas antes rurais. Assim, apesar da ampla gama de atores que desenvolvem essas práticas em todo o território, sua visibilidade e inserção na agenda política ocorrem de maneira assimétrica.

Termos para indexação: planejamento urbano, políticas públicas, segurança alimentar e nutricional, uso do solo.

Urban agriculture in the city of Curitiba: a heterogeneous and unequal phenomenon

ABSTRACT

The urban agriculture policy in the city of Curitiba, Brazil stands out as a successful case in Brazil, but there are other movements in the city about the theme from civil society. The goal of this paper was to identify and characterize different categories of urban agriculture practitioners in Curitiba. To this end, a descriptive research was carried out through bibliographic and documentary analysis. First of all, information about the main aspects of the municipal community gardens program and the profile of its beneficiaries was collected. It was observed that the activities are concentrated in the outskirts of the city and the majority of participants has a monthly family income of up to two minimum wages. Two other significant categories of practitioners were also mapped out: the first one configures an epistemic community, whose agenda about the use of urban space for urban agriculture practices gave rise to the municipal law of urban agriculture of Curitiba. There are also those who have agriculture as their means of social reproduction, but who tend to disappear due to urban expansion into previously rural areas. Thus, despite the wide range of actors who develop these practices across the territory, their visibility and insertion on the political agenda occur asymmetrically.

Index terms: urban planning, public policies, food and nutritional security, land use.

¹ Nutricionista e economista, mestre em Políticas Públicas, servidora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), Curitiba, PR. E-mail: elizandra.faraujo@gmail.com

² Economista, doutor em Política Científica e Tecnológica, professor associado do Departamento da Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR. E-mail: marcospaulofk@gmail.com

Ideias centrais

- Diferenças entre os grupos praticantes de agricultura urbana em Curitiba.
- Programa Municipal de Hortas Comunitárias como estímulo à ocupação de vazios urbanos e meio para garantia da segurança alimentar e nutricional de populações pobres.
- Agricultura urbana em contraposição ao sistema agroalimentar hegemônico e busca pelo direito à cidade.
- Dificuldades de agricultores familiares urbanos em acessar políticas de fomento à agricultura.
- Agricultura urbana como forma de city marketing.

Recebido em
21/09/2021

Aprovado em
09/11/2021

Publicado em
27/09/2022



This article is published in Open Access under the Creative Commons Attribution licence, which allows use, distribution, and reproduction in any medium, without restrictions, as long as the original work is correctly cited.

INTRODUÇÃO

A agricultura está presente no cotidiano das cidades e assentamentos humanos desde as civilizações antigas, inclusive com achados acerca de desenvolvimento, aperfeiçoamento e melhorias tecnológicas em busca de sistemas agrícolas mais intensivos e produtivos. Atualmente, estima-se que entre 25% e 35% dos habitantes urbanos em todo o mundo pratiquem alguma atividade dessa natureza. Porém, ainda que pesquisas venham sendo desenvolvidas desde a década de 1960 em diferentes cidades do mundo, fornecendo subsídios para ações institucionais, a inserção do tema nas agendas política e de financiadores é relativamente recente. O incentivo à prática por organismos internacionais data da década de 1990, quando a agricultura urbana e periurbana (AUP) foi apontada como alternativa de enfrentamento a problemas sociais decorrentes de políticas neoliberais e crises econômicas. No caso brasileiro, a institucionalização (em nível federal) dessas práticas ocorreu somente a partir do Programa Fome Zero, em 2003, quando muitas estratégias já existentes nos diferentes municípios do País passaram a vincular-se a outros programas sociais (Mougeot, 1994, 2000; Santandreu & Lovo, 2007; FAO, 2012; Tornaghi, 2014).

Uma dessas experiências é a da cidade de Curitiba, Paraná, que se destaca como um exemplo bem-sucedido no cenário nacional, pois o funcionamento do Programa de Hortas Comunitárias, inicialmente denominado Projeto Lavoura, tem sido ininterrupto desde sua criação, no ano de 1986. Concebido com o intuito de incentivar a produção de alimentos em vazios urbanos periféricos por populações pobres, o programa conta hoje com 38 espaços de plantio comunitário³ e uma Fazenda Urbana. Adicionalmente, além dos beneficiários da política pública, outros atores da sociedade civil praticam a agricultura urbana (AU)⁴ em diferentes territórios da cidade de forma espontânea. Neste artigo são destacados dois em especial: aqueles denominados como agricultores remanescentes por Pereira et al. (2010), que constituem um grupo majoritariamente composto por agricultores familiares urbanos, mas que paulatinamente têm desaparecido do território; e aqueles denominados por Feniman (2014) como politizados, que utilizam a AU como forma de ação coletiva sobre o espaço urbano (Curitiba, 2000b, 2016; Santandreu & Lovo, 2007; Pereira et al., 2010; Videiro Rosa, 2011; Feniman, 2014).

Assim, o objetivo do presente trabalho consistiu em identificar e caracterizar essas diferentes práticas. O local escolhido para o desenvolvimento do estudo, em virtude dos motivos expostos acima, foi a cidade de Curitiba. Trata-se de um estudo qualitativo, de cunho exploratório e descritivo, no qual, além de observação participante durante o processo de debate em torno da Lei Municipal de Agricultura Urbana de Curitiba e de construção da Fazenda Urbana, foram empregados como procedimentos metodológicos as técnicas de revisão de literatura e pesquisa documental. O material documental foi obtido dos seguintes locais: arquivo público da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba (SMSAN), acervo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), Câmara Municipal de Curitiba e Instituto Municipal de Administração Pública de Curitiba (IMAP). Isso possibilitou, após a organização, catalogação e fichamento do material obtido, a identificação e categorização dos diferentes grupos, assistidos ou não pelo poder público municipal.

Também foram realizadas buscas ao endereço eletrônico da SMSAN e ao portal de notícias da prefeitura de Curitiba, com utilização dos descritores: agricultura urbana, horta(s) comunitária(s) e cidades inteligentes. Também foram realizadas consultas à rede social Facebook, às páginas dos movimentos de agricultura urbana de Curitiba, bem como do hoje deputado estadual responsável pela apresentação do projeto que originou a Lei Municipal de Agricultura Urbana quando vereador. Eventuais esclarecimentos acerca do funcionamento do Programa foram dirimidos por meio de troca de

³ Dados do programa Municipal de Agricultura Urbana, encaminhados por Alessandra Mendes, da Unidade de Agricultura Urbana, para Elizandra Flávia Araujo (elizandra_li1@yahoo.com.br) em 23 de fevereiro de 2021.

⁴ Neste artigo, todos os grupos analisados foram considerados praticantes de agricultura urbana, uma vez que as atividades se dão em áreas localizadas dentro do perímetro urbano pela Lei de Zoneamento.

e-mails com o servidor Eliseu Alves Maciel, então responsável pela Unidade de Agricultura Urbana da SMSAN. Foram utilizados, ainda, dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 para a análise da dimensão que a agricultura possui na cidade.

O retorno da agricultura para a agenda das cidades a partir de questões ambientais

Para além das funções clássicas da agricultura, o advento de modelos de desenvolvimento sustentável trouxe à tona a necessidade da incorporação do natural como valor a ser preservado dentro da perspectiva de ruralidade contemporânea, a qual passou a agregar novas funções e a considerar também outras formas de agricultura, voltadas à conservação e exploração sustentável dos recursos. Ainda que o conceito de meio ambiente se relacione a uma natureza artificializada, dissolvida e humanizada, na sociedade pós-industrial, a preocupação com o tema se tornou uma nova obrigação dentro do contrato social. Assim, ele deixou de ser considerado somente um fator de produção e passou a ser visto como território, entendido por Milton Santos (2000, p.47) como: “[...] o chão e mais a população, isto é, uma identidade [...] a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi”. Dessa forma, sustenta identidades capazes de amparar projetos de produção e desenvolvimento em nível local e regional (Abramovay, 2000; Santos, 2000).

Diante disso, a oposição entre urbano e rural, que predominou nos processos de urbanização ao longo do século XX, hoje parece contrapor tão somente paisagens e modos de ocupação do solo. Questões referentes à conservação e recuperação ambientais extrapolam o campo e rompem com a dicotomia que o identifica como “meio natural”, ao passo que a cidade é identificada como “meio técnico”, constituída unicamente de ambientes construídos. Da mesma forma, a ação antrópica tem levado eventos naturais a ocorrerem em ambientes cada vez mais artificializados. Estes, por sua vez, alteram a significação e valor daqueles, gerando uma interação entre seres humanos e natureza que modifica formas de vivenciar e compreender ambos os espaços (natural e artificial). Quanto a isso, na condição de natureza fabricada pelo homem, a cidade é que passa a abrigar a “natureza natural” (Santana, 2016), não mais o contrário. A convivência compulsória entre urbanizado e natural se torna objetivo a ser perseguido na construção da cidade ideal (Abramovay, 2000; Ultramari & Duarte, 2009).

Essa inversão coloca as cidades no centro das discussões e da condução das mudanças em torno da sustentabilidade, especialmente se considerada sua contribuição para o fenômeno das mudanças climáticas, potencializado pelas perspectivas de intensificação da urbanização já na próxima década. A construção de cidades resilientes requer o fornecimento de uma série de serviços e funções por instituições alicerçadas no próprio território, além do conhecimento dos riscos aos quais esses locais são vulneráveis, juntamente com o mapeamento dos serviços ecossistêmicos, a ampla divulgação dessas informações e a gestão ambiental eficiente. O Estatuto das Cidades é apontado como um avanço importante a respeito disso, pois expressa não só o direito a cidades sustentáveis e conservação do meio ambiente entre seus objetivos, como também inclui no conceito de gestão ambiental aspectos de ordenamento da paisagem urbana e preservação de patrimônios natural e cultural (Araújo, 2008; FAO, 2012; Dubbeling, 2014; Goldstein et al., 2016; Caron et al., 2018).

Todavia, apesar dos avanços normativos, a tendência de redução de espaços abertos e intensificação da ocorrência de eventos climáticos extremos já culmina na ebulição de novas questões urbanas, sobretudo se consideradas as consequências sociais e econômicas desses fenômenos sobre as populações urbanas vulneráveis. A isso se somam expectativas de agravamento dos problemas estruturais já enfrentados nas grandes cidades (moradia, mobilidade, pobreza, entre outros), resultando no que Ultramari & Duarte (2009) chamaram de crises cumulativas. Segundo os autores, na prática, isso pode levar à oposição entre os discursos social e ambiental, até então unidos no terreno das ideias.

Organismos como o Banco Mundial recomendam que questões de mitigação e adaptação às mudanças climáticas sejam incorporadas em planos de gestão de riscos e desastres das cidades. Também recomendam que demandas ambientais sejam integradas a estratégias de desenvolvimento, especialmente no que tange à população em risco e vulnerabilidade social, por meio de ações de redução

da pobreza e geração de renda, bem como de garantia da segurança alimentar e nutricional. Sobre essa pauta, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) merecem destaque, especialmente o 2º (acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável) e 13º (tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos). Ambos se interligam na medida em que os sistemas sustentáveis de produção agrícola estão entre os pilares para a garantia da segurança alimentar e nutricional, ao mesmo tempo em que se constituem como instrumentos para garantia da resiliência e fortalecimento da capacidade de mitigação e adaptação às mudanças climáticas (Dubbeling, 2014; Caron et al., 2018; ONU, 2019).

Essas orientações têm feito com que iniciativas de agricultura e silvicultura urbanas e as externalidades delas decorrentes, em especial os serviços ecossistêmicos prestados, sejam reconhecidas como potenciais estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas. Também entre os benefícios descritos na literatura estão o enfrentamento da pobreza e da fome, manutenção da cultura e hábitos alimentares tradicionais, autonomia nas escolhas alimentares, redução do desperdício de alimentos, reciclagem de resíduos orgânicos, bem como redução da pegada de carbono das cidades (FAO, 2012; ONU, 2012; Dubbeling, 2014; Goldstein et al., 2016; Swinburn, 2019).

Entre outros benefícios assinalados, destaca-se a possibilidade de encurtamento e redesenho da cadeia de produção agroalimentar, com aplicação dos princípios da economia circular. Adicionalmente, práticas de AU se correlacionam com menores custos de distribuição e possibilidade de acesso direto aos mercados pelos produtores. Isso permite, juntamente com a diversificação das fontes de aquisição de alimentos nos microterritórios urbanos, maior proteção desses locais contra desabastecimento e elevação dos preços em caso de choques sistêmicos. Entretanto, essa rede de abastecimento alimentar deve levar em conta também a produção rural, visto que a AU é complementar a ela do ponto de vista quantitativo. Como exemplo, cita-se o estudo de caso realizado por Mok et al. (2014) na cidade de Cleveland, em que os autores observaram que a produção seria insuficiente para atender às necessidades nutricionais da dieta norte-americana média, especialmente em relação a proteínas e grãos, mesmo em um cenário de intensa difusão de práticas de AU (FAO, 2012; Dubbeling, 2014).

Não obstante, Goldstein et al. (2016) destacam que os estudos realizados até então traçam um panorama geral e muitas vezes confuso sobre o tema, como poucas provas da real eficácia dessas práticas. Os autores alertam para a necessidade de pesquisas mais aprofundadas e sistemáticas acerca dos benefícios da AU para os ecossistemas locais, de maneira a considerar o desempenho ambiental das diferentes formas de cultivo. Há também que se atentar para questões sanitárias que podem afetar a saúde humana e ambiental. Apesar de o cultivo em áreas urbanas geralmente se basear em princípios da agricultura orgânica e da agroecologia, riscos de contaminação pelo emprego de fertilizantes químicos e de agrotóxicos não podem ser descartados, sobretudo quando os processos de produção alcançam alguma escala. Ademais, os poluentes presentes nas cidades, como resíduos industriais, esgoto ou metais pesados depositados no solo e nas plantas, também podem representar fatores de contaminação dos alimentos, juntamente com a presença de patógenos oriundos de animais e pragas e vetores urbanos, que podem contaminar águas residuais utilizadas na irrigação (FAO, 2012; Mok et al., 2014; Goldstein et al., 2016).

Para além de questões que envolvem diretamente a produção, salienta-se a existência de distintos conceitos sobre a temática, relacionados a diferentes concepções de cidade. Em relação a isso, essas iniciativas podem tanto representar formas politizadas e revolucionárias de pensar o espaço urbano, quanto espelhar o fenômeno da pós-política, favorecendo principalmente administrações locais orientadas pelo modelo gerencial e tecnocrata de gestão urbana. Como consequência, no campo analítico, é possível observar o fenômeno sob diferentes aspectos, que vão desde a concepção da AU puramente como atividade relacionada à sobrevivência e garantia da segurança alimentar e nutricional de populações em vulnerabilidade e risco social, até a análise sob a ótica do direito à cidade. Nela, essas práticas são entendidas como forma de contraposição a processos homogeneizantes impostos pelo modo de produção capitalista do espaço urbano, além de promoverem o debate em relação à insustentabilidade do modelo de desenvolvimento econômico hegemônico e espoliação do meio ambiente por ele promovida (Costa & Almeida, 2012; Almeida & Costa, 2014).

Para Aquino & Monteiro (2005), o entendimento requer reflexões sobre as especificidades da AUP em relação à agricultura predominantemente comercial praticada em áreas rurais (Tabela 1). Além da localização (intra ou periurbano) e capacidade de integração ao ecossistema urbano e sistemas alimentares locais, outros elementos devem ser considerados na definição de AU. São eles: as atividades econômicas desenvolvidas; categorias e subcategorias de produtos (alimentares e não alimentares); tipos de áreas onde é praticada; além do destino da produção, escala e sistemas de produção empregados (Mougeot, 2000; Aquino & Monteiro, 2005).

Tabela 1. Síntese das principais características que distinguem agricultura urbana e rural.

Situação rural	Situação urbana/periurbana
Em relação à organização da produção, se apresenta de forma padronizada e homogênea	Não exibe um padrão; móvel e transitória; parcialmente sobre a terra ou sem terra
Agricultura como principal modo de vida e com dedicação exclusiva	A agricultura é frequentemente uma atividade secundária e de envolvimento parcial
A maioria dos membros da comunidade participa da atividade agrícola	O percentual dos membros da comunidade envolvidos na atividade agrícola é muito variável
Recebe facilmente apoio da sociedade	Reconhecimento e apoio ocorrem de forma diversa no âmbito da sociedade
Espaço específico e diferenciado	Competição pelo uso da terra entre o uso agrícola e não agrícola
Cultivo, em geral, segundo a estação	Cultivo o ano todo
Geralmente longe dos mercados	Perto dos mercados, o que favorece o cultivo de produtos perecíveis
Alta prioridade na agenda política	Com frequência, apresenta políticas vagas ou inexistentes

Fonte: Aquino & Monteiro (2005).

No caso brasileiro, o conceito formulado por Santandreu & Lovo (2007) com base na análise das diferentes iniciativas de AUP em regiões metropolitanas de todo o País, no âmbito do Programa Fome Zero, destaca os aspectos multidimensionais ligados a essas práticas. Assim, AUP seria:

[...] um conceito **multi dimensional** que inclui a **produção**, a **transformação** e a **prestação de serviços**, de forma segura, para gerar **produtos agrícolas** [...] e **pecuários** [...] voltados ao **auto consumo**, **trocas** e **doações** ou **comercialização**, **(re) aproveitando-se**, de forma eficiente e sustentável, os **recursos** e **insumos locais** (solo, água, resíduos, mão de obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades.

Essas atividades devem pautar-se pelo **respeito aos saberes e conhecimentos locais**, pela **promoção da equidade de gênero** através do **uso de tecnologias apropriadas** e **processos participativos** promovendo a gestão urbana social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades. (Santandreu & Lovo, 2007, grifo do autor).

Recentemente, a efervescência das iniciativas de AUP em todo o País deu origem ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 353/2017⁵, que estabelece a Política Nacional de Agricultura Urbana, e a adota em seu artigo segundo o seguinte conceito:

[...] considera-se agricultura urbana e periurbana todas as atividades destinadas à produção, à transformação e à prestação de serviços inerentes ao cultivo de hortaliças, legumes, plantas medicinais, condimentares e aromáticas, frutíferas, espécies nativas e exóticas, flores, à criação de pequenos animais, à meliponicultura e à piscicultura, praticada em áreas urbanas e no seu entorno, e que atendam às dimensões ambiental, social, cultural e econômica (Brasil, art.2º, 2021).

Apesar da ênfase dada à localização, o PLS avança para instituir a AUP como prática agrícola eminentemente sustentável, na qual é utilizado o sistema de produção orgânico, além de incluir agricultores familiares urbanos ao texto legal. Também prevê o fomento ao cooperativismo e associativismo desses agricultores e a comercialização da produção em canais institucionais, como merenda escolar, hospitais, entre outros. Adicionalmente, Zaar (2015) destaca a importância da AU para a reflexão sobre o conceito de cidade e função social da terra, bem como sobre a necessidade de construção de uma sociedade mais justa, equânime, inclusiva e plural, que de fato promova ações com impacto sobre a pegada “socioecológica” por meio de políticas públicas comprometidas com a soberania alimentar.

A agricultura em Curitiba e o Programa Municipal de Hortas Comunitárias

Inicialmente, é necessário frisar que a cidade de Curitiba está localizada no estado do Paraná e é dividida politicamente em dez Administrações Regionais (Figura 1):

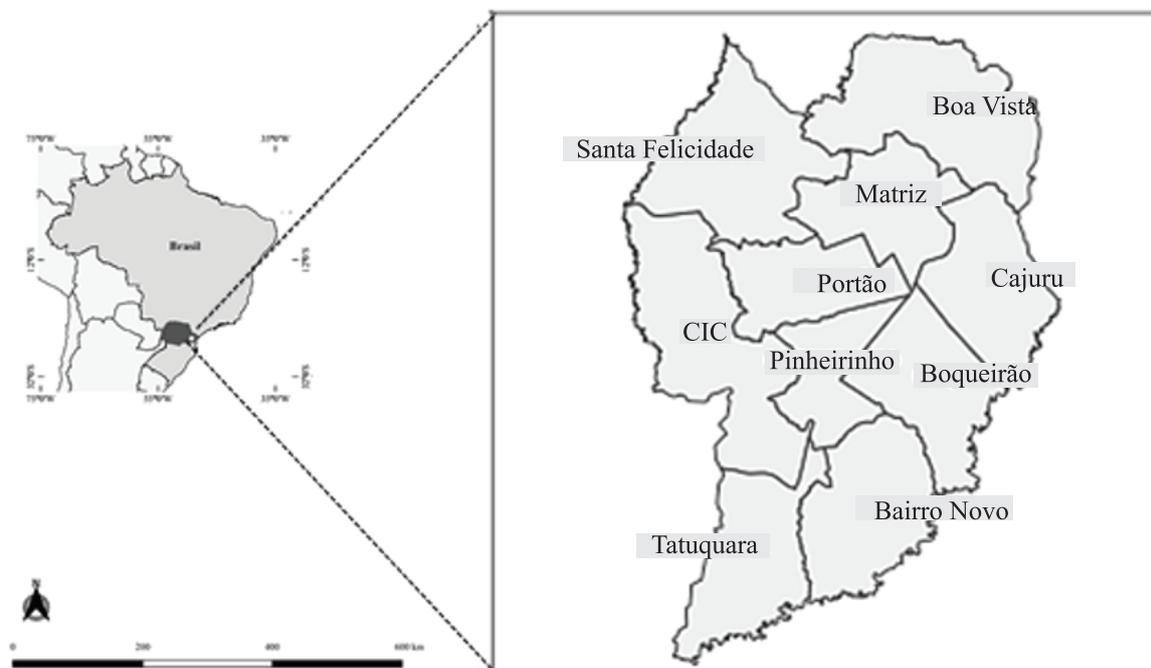


Figura 1. Localização do município de Curitiba e suas administrações regionais em relação ao estado do Paraná e Brasil.

⁵ Aprovado em substituição ao Projeto de Lei (PL) Federal nº 906/2015 pela Comissão de Meio Ambiente do Senado no dia 5 de agosto de 2021.

A cidade se caracteriza pela presença de múltiplas iniciativas de AU, capitaneadas por grupos distintos uns dos outros. Em relação à atuação da municipalidade, a criação de hortas comunitárias foi proposta em 1984 como medida do poder executivo relacionada ao abastecimento alimentar. O projeto se destinava à melhoria da alimentação de populações com renda de até três salários mínimos, sobretudo migrantes rural-urbanos que residiam em áreas periféricas da cidade. Porém, a principal questão observada nos documentos analisados dizia respeito à preocupação em dar uso produtivo a áreas ociosas, especialmente na Cidade Industrial de Curitiba (CIC, localizada na porção oeste da cidade), evitando o surgimento de ocupações irregulares. O processo de ocupação da região, concebida como distrito industrial, foi estendido além do previsto no projeto original, principalmente devido a problemas na desapropriação de áreas, da crise econômica da década de 1980 e da mudança em processos produtivos na indústria, como automação da produção. Concomitantemente ao agravamento do êxodo rural no Paraná, isso acarretou um incremento no número de ocupações irregulares no local durante a segunda metade da década de 1980, uma vez que lá havia grandes áreas de vazio que contavam com infraestrutura urbana (Oliveira, 2021).

Dessa forma, segundo consta em documentos do período (IPPUC, 1984a, 1984b), o objetivo inicial principal do projeto era servir como alternativa de ocupação temporária de áreas consideradas ociosas, que, segundo a municipalidade, somavam aproximadamente metade do território municipal à época. O Programa foi implementado em 1986, e sua origem coincide com a instituição da Secretaria Municipal de Abastecimento (hoje SMSAN), ocorrida após uma reforma administrativa durante o mandato de Roberto Requião. Inicialmente foi denominado Projeto Lavoura, tendo sido convertido em Programa após o ano 2000 e, a partir de 2018, passou a ser denominado Programa de Hortas Comunitárias. Apesar de questões sobre segurança alimentar e nutricional serem intrínsecas ao Programa, em busca realizada à página da SMSAN em dezembro de 2021, observou-se que somente há menção ao propósito referente à ocupação de vazios urbanos. Assim, o Programa é caracterizado “[...] pelo apoio ao cultivo em vazios urbanos na cidade de Curitiba, realizado por cidadãos organizados por meio de Associação de Moradores ou Entidade Social” (Curitiba, 2021).

Adicionalmente, até 2005 havia fornecimento de toda a infraestrutura pelo poder público: equipe técnica, tratores e microtratores, arado, distribuidor de calcário, roçadeira, ferramentas, pulverizadores, adubo orgânico, calcário e sementes de hortaliças. Atualmente são realizados a avaliação do local, preparo da área, fornecimento de insumos e capacitação pelos técnicos da prefeitura, além do acompanhamento periódico. Não obstante, em reportagens disponíveis na página da prefeitura⁶, há relatos sobre a revitalização de uma série de hortas, além da ampliação do Programa, especialmente no ano de 2019. Há também menção à criação de espaços de convivência, implantação de meliponários e fornecimento de insumos como mudas, terra, palanques, telas e o que foi denominado “kit de equipamentos”, incluindo enxadas, rastelos e equipamentos de proteção individual, entre outros (Curitiba, 1993a, 2005, 2012, 2018d, 2018e, 2018f, 2019a, 2019b, 2019c, 2019d, 2019e, 2021).

Segundo informação de técnico da SMSAN, fornecida via e-mail⁷, ocorreram, ainda, sucessivas revisões no âmbito do Programa, com estabelecimento de protocolos de atendimento, cuja consequência foi o descredenciamento de áreas consideradas improdutivas, subutilizadas ou mesmo usadas para outros fins que não o cultivo de hortas⁸. Isso se manifesta na redução considerável na área plantada e no número de locais de cultivo entre 2002 e 2012 (Figura 2), bem como no ano de 2016. Contudo, é possível verificar uma tendência de aumento no número de espaços a partir de 2018, mesmo com uma área menor, o que pode indicar ganhos de eficiência na gestão do Programa e/ou aumento da demanda em decorrência da atual crise econômica.

⁶ As primeiras matérias disponíveis sobre o tema datam de 2017.

⁷ Cadastros Hortelões, encaminhados pelo técnico da SMSAN Eliseu Alves Maciel à Elizandra Flávia Araujo (elizandoliveira@smab.curitiba.pr.gov.br), em 4 de junho de 2019.

⁸ Dados - informações sobre agricultura urbana em Curitiba, encaminhadas pelo técnico da SMSAN Eliseu Alves Maciel à Elizandra Flávia Araujo (elizandoliveira@smab.curitiba.pr.gov.br), em 4 de junho de 2019.

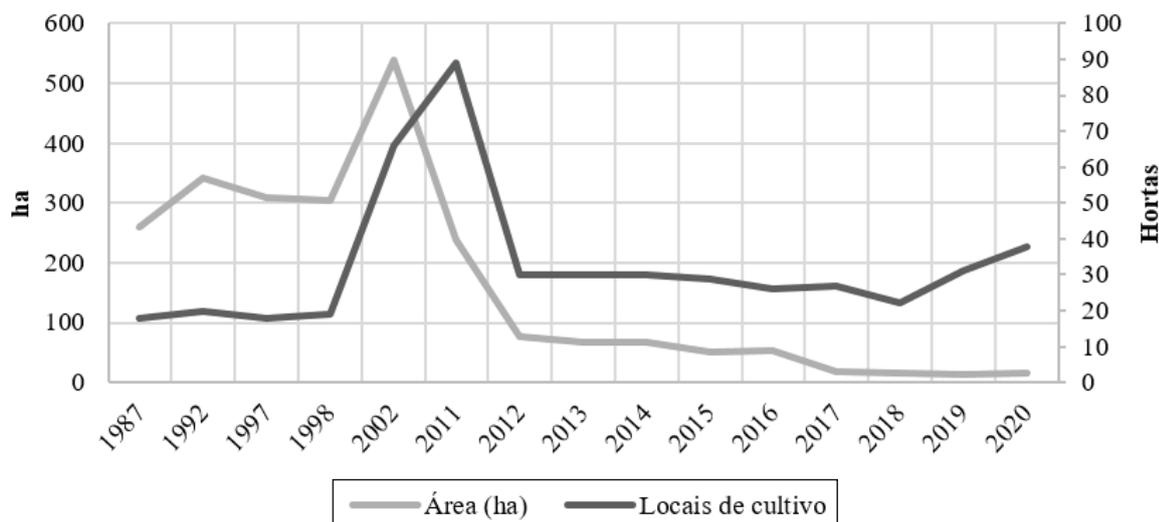


Figura 2. Comparação entre área plantada (ha) e quantidade de locais destinados ao cultivo de hortas comunitárias entre os anos de 1987 e 2020 na cidade de Curitiba. Não foram localizados dados referentes ao período entre 2002 e 2011.

Fonte: elaborado a partir de Curitiba (1993b, 1997, 1998?, 200-, 2010, 2020b, 2021) e Jornal Gazeta do Povo (1987).

Para início dos trabalhos pelas comunidades, há eleição de um coordenador e divisão dos terrenos em lotes que variam entre 20 m² e 250 m², administrados individualmente pelos beneficiários. Em 2021, o Programa contava com 38 hortas, onde participavam diretamente 812 pessoas, e outras 7.352 eram beneficiadas indiretamente. Quanto à localização espacial, observa-se a concentração das hortas em áreas periféricas, próximas aos limites da cidade, principalmente na área de abrangência da Administração Regional do Tatuquara, no extremo sul da capital, onde há 18 locais de cultivo. Isso se explica pelo modelo de operacionalização do Programa consolidado historicamente, no qual a constituição de hortas em grandes áreas, abaixo de linhas de alta tensão, foi usada como forma de melhoria da paisagem e de contenção do surgimento de ocupações irregulares, além de meio para melhoria da segurança pública (Curitiba, 2003, 2021; Yonegura & Silva, 2021).

Em relação ao perfil dos beneficiários, conforme informações encaminhadas pela Unidade de Agricultura Urbana da SMSAN⁹, 54% são homens, 39% são idosos, e a média de idade é de 56 anos, com a mínima de 18 anos e máxima de 87. Há predominância de plantio para autoconsumo, e os indivíduos estão participando do Programa há, em média, 5,1 anos, mas estão distribuídos entre um período mínimo de 9 meses e máximo de 30 anos. Segundo Feniman (2014), a maioria dessas pessoas é oriunda do meio rural e migrou para Curitiba entre as décadas de 1980 e 1990, fator que define e caracteriza esse grupo, pois a lembrança do passado, na avaliação do autor, justifica a principal causa de adesão ao cultivo nas hortas. Da mesma forma, para boa parte desses indivíduos, a AU é tida como atividade de lazer. Com relação a isso, apesar de a maioria (53%) declarar alguma ocupação, chama a atenção o número de aposentados (37%) que praticam a atividade. Outro fator relevante é que, apesar de a remuneração não ser mais considerada critério para participação no Programa, há predominância de praticantes com renda familiar de até 2 salários mínimos (67% dos beneficiários estão nessa condição). Não obstante, destaca-se a grande variação nesses valores, pois o rendimento médio entre os participantes do Programa é de R\$ 2.151,76 (1,96 salário mínimo de 2021), com mínimo de R\$ 92,00, até um máximo de R\$ 25.000,00.

⁹ Dados do programa Municipal de Agricultura Urbana, encaminhados por Alessandra Mendes, da Unidade de Agricultura Urbana, para Elizandra Flávia Araujo (elizandra_li1@yahoo.com.br) em 23 de fevereiro de 2021.

Essa heterogeneidade se explica principalmente pela inclusão, mesmo que tímida¹⁰, de outros praticantes da sociedade civil além do grupo já beneficiário após 2018, sobretudo de membros da comunidade epistêmica descrita na próxima seção. Um dos exemplos é o da “Horta Esquina Verde”, inaugurada em 2018 na Administração Regional da Matriz, local cujos residentes possuem a maior renda média per capita da cidade. Anteriormente à ação política desses grupos e, sobretudo, à proposição da Lei Municipal de Agricultura Urbana, apenas os vazios urbanos periféricos eram considerados para práticas de AU, e em nenhum dos documentos oficiais analisados, há menção ao uso de vazios urbanos nas áreas centrais para prática da agricultura. Ou seja, o Programa de Hortas Comunitárias, mesmo que implicitamente, sempre se voltou ao atendimento das populações pobres e periféricas, discurso que mudou após a visibilidade à cidade proporcionada pelas iniciativas autônomas da sociedade civil, o que as tornou alvo de propaganda. Ainda que o programa municipal já fosse alvo de ações de *city marketing*, conforme descrito por Yonegura & Silva (2021), a extrapolação dessas práticas para a área de planejamento urbano e ordenamento territorial, além de ter aspectos de proteção social e de segurança alimentar e nutricional, as transformou em uma das marcas de “cidade inteligente” (Curitiba, 2018c, 2020a; Oliveira, 2021).

Um dos exemplos foi a inauguração da “primeira Fazenda Urbana do país” (IPPUC, 2020, p. 58), na região leste da cidade, em junho de 2020. O espaço de mais de 4.000 m² foi concebido em observância a questões de eficiência hídrica e energética, como uma resposta “ao desafio contemporâneo de produzir alimentos seguros e em quantidade suficiente” (IPPUC, 2020, p.58). Segundo levantamento realizado em visita guiada, realizada em 20 de setembro de 2020, o projeto está dividido em cinco eixos, que permeiam também as ações nas hortas comunitárias: parcerias público-privadas, geração de renda, educação, saúde e ação regenerativa. A ideia principal do local é estimular a população a utilizar vazios urbanos para plantio de alimentos. Para tal, funciona como espaço educativo aberto à população em geral, mas também com ações direcionadas a públicos específicos, como escolares e produtores rurais da região metropolitana de Curitiba (Curitiba, 2020b).

A Fazenda Urbana também é aberta a pesquisadores e empresas *startups*, mediante seleção de projetos via chamamento público, por meio do qual foram escolhidos 12 projetos em 2020, para execução no período de um ano. Entre as áreas contempladas estão: produção agrícola, segurança alimentar e nutricional, otimização de recursos renováveis na Fazenda e destinação de resíduos orgânicos. Outras atividades desenvolvidas no local são: visitas guiadas, capacitações, cursos, oficinas e seminários, que abordam questões de organização comunitária, além de promover trocas de conhecimento e experiências, demonstrações e difusão de diferentes técnicas de plantio e tipos de cultivares passíveis de serem plantados em áreas urbanas. Para tanto, em sua estrutura, conta com áreas de plantio, espaço para compostagem, cozinha escola e banco de alimentos para onde a produção do espaço é destinada para posterior doação a entidades socioassistenciais (Curitiba, 2020b; IPPUC, 2020).

Agricultura urbana e mobilização da sociedade civil

Paralelamente à atuação da administração municipal, chama a atenção o crescimento do interesse pelo tema em grupos politizados da sociedade civil. Isso ocorre por meio de práticas autônomas de plantio e formação de uma comunidade epistêmica, definida como grupo cujos membros (assessores parlamentares, especialistas, membros de partidos políticos, membros de organizações da sociedade civil, grupos de interesse, entre outros) detêm conhecimento socialmente legitimado, atuando no Estado para influenciar e produzir políticas públicas em áreas específicas. No caso de Curitiba, esses grupos são compostos por indivíduos com faixa etária predominantemente entre 20 e 40 anos, nascidos no meio urbano e residentes em áreas de classe média e alta, a maioria com ensino superior completo (Haas, 1992; Costa, 2014; Feniman, 2014).

¹⁰O atendimento ao grupo considerado por Feniman (2014) como politizado se dá de maneira esporádica e não sistematizada. Em geral, são fornecidas mudas e acesso a capacitações na Fazenda Urbana, que são abertas à população em geral. Destaca-se que há tentativa de manutenção de diálogo constante entre alguns de seus membros e a SMSAN.

Em geral, não possuem experiência anterior com agricultura e buscam capacitação mediante cursos, pesquisas na internet e troca de experiências por meio de redes sociais. Isso possibilita, além da articulação entre seus membros, a discussão e difusão de temas relativos à AU, bem como realização de mutirões para manutenção das hortas. Para embasamento das práticas, utilizam-se de um discurso de defesa da produção de alimentos em ambientes urbanos como uma alternativa à lógica de mercado e do agronegócio, além de meio para a conservação do meio ambiente, por meio, principalmente, da redução da produção de resíduos e do consumo de combustíveis fósseis (Feniman, 2014; Cuevas Vargas, 2018).

Essas características os aproximam dos movimentos em prol da AU experimentados por países como os Estados Unidos e Canadá nas décadas de 1960 e 1970. Segundo Mok et al. (2014), nesses locais, o interesse pelas práticas foi fruto dos movimentos de contracultura, figurando, por muito tempo, como um subproduto do movimento ambiental e atividade de lazer. As condições em que as cidades se urbanizaram, com conseqüente falta de meios adequados para cultivo de alimentos, como terra, remuneração e regulamentação, contribuíram para o renascimento das ideias desses movimentos na contemporaneidade, na medida em que o atual modelo de produção predominante culminou na dependência estrutural de um sistema agroalimentar pautado na industrialização excessiva dos alimentos e na falta de transparência (Feniman, 2014; Tornaghi, 2014).

Além da reflexão em torno da questão alimentar e aproximação entre cidade e campo, as práticas de AU do grupo politizado proporcionam uma ação direta sobre os espaços urbanos, na busca pela instituição de formas mais democráticas de participação no planejamento da cidade. Uma dessas maneiras consiste no uso de estratégias de urbanismo tático¹¹, que são basicamente iniciativas capitaneadas pela classe criativa e pautadas na cultura de *placemaking*. Essas ações são caracterizadas como intervenções no espaço urbano no estilo *bottom-up*, partindo da apropriação e ressignificação de espaços abandonados ou subutilizados de forma conjunta e colaborativa, por meio de intervenções artísticas, e criação de mobiliário urbano e de espaços como bosques, parques e hortas comunitárias (Lydon & Garcia, 2015; Santana, 2016; Fantini, 2018).

Em Curitiba, um dos precursores do urbanismo insurgente foi o movimento “Salvemos o Bosque da Casa Gomm”. Iniciado em 2013 com o intuito de impedir a abertura de uma rua que daria acesso a um *shopping center* próximo ao local, ocasionando a derrubada de parte da vegetação, o grupo teve como uma de suas primeiras ações, em janeiro de 2014, a criação de uma horta comunitária com características agroflorestais, denominada de “horta labirinto”. O local se transformou em um dos principais pontos de encontro dos demandantes durante e após o processo de oficialização do espaço como parque municipal, finalizado em 2016¹². Também foi proposto um banco comunitário de sementes crioulas e uma moeda alternativa (Feniman, 2014; Cuevas Vargas, 2018; Fantini, 2018; Salvemos o Bosque da Casa Gomm, 2019).

Em relação à AU, entre 2013 e 2014, esses movimentos experimentaram uma ascensão e consolidação, por meio da criação de outros espaços de produção agroecológica e mesmo agroflorestal. Até o ano de 2018, havia 12 locais dessa natureza, incluindo espaços privados, vazios urbanos, calçadas e praças. Diferentemente daquelas relacionadas ao Programa de Hortas Comunitárias, estas hortas estavam concentradas nos bairros que contam com um processo de urbanização já consolidado. Isso contribui para que as áreas utilizadas para plantio sejam menores em comparação às do primeiro grupo, pois cada horta tem, em média, 40 m² não subdivididos em lotes individuais (Cuevas Vargas, 2018; Mandato Goura, 2018).

Entre os espaços supracitados, a Horta Comunitária de Calçada Cristo Rei recebe destaque pelo reconhecimento obtido pela Organização das Nações Unidas como iniciativa de AU em pequena escala, mas também pelo protagonismo de seus idealizadores diante da proposição da Lei Municipal de

¹¹ Também denominadas como “urbanismo de guerrilha”, “*do it yourself (DIY) urbanism*” e “urbanismo insurgente”.

¹² Entre as diferentes demandas levantadas pelos membros do movimento durante a elaboração do projeto do Parque Gomm, apenas foi garantida a manutenção do espaço para compostagem e da horta comunitária. Porém, ela foi destruída pela prefeitura no fim de outubro de 2019, segundo consta em postagens de 30 de outubro e 1 de novembro daquele ano na rede social do grupo (Salvemos o Bosque da Casa Gomm, 2019).

Agricultura Urbana. Isso ocorreu após a prefeitura municipal ter autuado alguns responsáveis pelos locais de plantio, fato amplamente divulgado pela imprensa local e gerador de um debate acerca do uso do solo (principalmente em relação ao uso de recuos e calçadas) e da necessidade de regulamentação dessas atividades. Assim, após articulação do grupo, a proposta de regulamentação foi demandada à Câmara de Vereadores. As discussões, então, cristalizaram-se na aprovação da Lei Municipal nº 15.300/2018, que dispõe sobre o uso de espaços urbanos para a prática da AU, dividindo-a em hortas, jardinagem e silvicultura urbanas (Curitiba, 2017, 2018a, 2018b; G1 Paraná 2017; RPC Curitiba, 2017; Horta Comunitária de Calçada Cristo Rei, 2019).

Apesar de não explicitar um conceito de AU, a Lei traz em seu texto elementos que a relacionam com práticas de segurança e soberania alimentar, qualidade de vida, democratização dos espaços e manutenção de sua biodiversidade. Trata também dos sistemas de produção, embelezamento da paisagem, educação e reciclagem de resíduos. Cabe frisar que o atendimento à principal demanda do grupo aqui retratado materializa-se no artigo 5º, no qual consta que: “Fica autorizada a utilização de remanescente de recuo e canteiros das calçadas somente para prática de hortas e jardinagem urbana, sem prejuízo à acessibilidade e mobilidade dos transeuntes”. Mesmo a Lei tendo sido proposta por um vereador opositor em um ambiente em que a base do governo tinha maioria, foi aprovada sem sobressaltos. Porém, mesmo após quatro anos de sua promulgação, a Lei não foi regulamentada, o que dificulta sua implementação (Curitiba, 2018b).

Adicionalmente, apesar do cunho progressista dessas iniciativas e ainda que o debate sobre AU e o engajamento dos praticantes não se restrinjam à proposição de mudanças puramente no desenho urbano, mas em sua dimensão política sob aspectos éticos, ambientais, etc., é fundamental um olhar crítico sobre os grupos de interesse que compõem o tecido social urbano e a sua influência na arena política. Quanto a isso, Nogueira & Portinari (2016) apontam como um potencial problema do “neocomunitarismo” (p.184) o risco do surgimento de um discurso opositor entre Estado e sociedade espelhado pela pós-política, em que o primeiro desconheceria as necessidades do segundo e, portanto, decisões coletivas e horizontalizadas em um ambiente de suposto consenso seriam mais acertadas. Entretanto, segundo os autores, na prática, a ampla participação nos processos deliberativos não é regra e, fatalmente, pode haver imposição sobre os demais de decisões tomadas por aqueles que possuem à sua disposição recursos para tal, maquiando relações de poder e desigualdades inerentemente presentes nos territórios, além de minimizar a possibilidade de debates e mesmo conflitos sobre a cidade. Acrescenta-se, ainda, que mesmo com todos os benefícios proporcionados pela prática da AU, a destinação de espaços para essas práticas representa uma *trade-off* importante em relação, sobretudo, ao uso do solo urbano, dadas outras demandas da população urbana.

Destaca-se, ainda, que o surgimento de estratégias de urbanismo tático está relacionado a cidades nas quais a redução do Estado leva ao fortalecimento do discurso de “faça você mesmo”, em que cada um deverá fazer a sua parte na melhoria do ambiente. Contraditoriamente, a centralidade dos indivíduos e comunidades nesses processos pode levar a uma desresponsabilização ainda maior do poder público, ampliando o desinvestimento e a privatização dos espaços públicos. Para evitar que isso ocorra, faz-se necessária a ampliação verdadeira da participação democrática, com a adoção de práticas interativas entre Estado e sociedade civil organizada, considerando diferentes fragmentos do território, além das heterogeneidades e desigualdades estruturais em torno do urbano (Nogueira & Portinari, 2016; Santana, 2016).

Agricultura como meio de reprodução social no espaço urbano

Apesar de Curitiba não possuir áreas rurais desde o ano 2000, com a mudança no zoneamento decorrente da promulgação da Lei Municipal nº 9.800 (Curitiba, 2000a), ainda existem na cidade alguns agricultores denominados por Pereira et al. (2010) como remanescentes, cuja existência como categoria social está ameaçada pela expansão urbana. Ressalte-se que esse processo se assemelha ao ocorrido no restante do Brasil, mas conta com um elemento adicional: a permanente construção da imagem de “cidade-modelo” a partir da década de 1970, pautada basicamente em ações de *city marketing*. Assim, a formação de coalizões entre grupos de interesse e a manutenção de um mesmo

grupo político no poder consolidaram a associação do município com estratégias bem-sucedidas de planejamento urbano e a veiculação de um imaginário de cidade composta por uma população de classe média (Curitiba, 2000a; Albuquerque, 2007; Irazábal, 2013).

Como resultado, houve ocultação de porções “indesejáveis” do território em detrimento da manutenção do discurso de “cidade que deu certo” em plena periferia do capitalismo. Não obstante, como pano de fundo é historicamente observado o deslocamento de populações pobres para áreas periféricas, concomitantemente ao parcelamento do solo e urbanização compulsória de áreas rurais. Na década de 1970, por exemplo, sob alegações em torno da necessidade de induzir o adensamento ordenado e rápido do território, a Lei Municipal nº 5.234 de 1975 reduziu a porção destinada à Zona Rural, transformando-a em Setor Especial e Zona Agrícola. Isso se traduziu em um espraiamento do tecido urbano a partir da década de 1980 e na expansão da fronteira de ocupação urbana para a região sul da cidade a partir da década de 1990 (Albuquerque, 2007; COHAB-CT, 2018).

Essa dinâmica ocorreu de duas maneiras: por meio de domicílios informais em ocupações irregulares e pela edificação de empreendimentos habitacionais de interesse social concebidos de forma articulada entre Estado e mercado imobiliário, mediante a formação de parcerias público-privadas. Monteiro (2017) e Anastácio (2018) ilustraram essa lógica por meio da análise da distribuição das moradias produzidas pela Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT) entre os anos 1967 e 2006 e pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) até o ano de 2016. Esses empreendimentos foram construídos, sobretudo, em áreas que ainda guardavam características rurais mesmo após a sanção da Lei nº 9.800/2000, mas que foram modificadas pelo adensamento populacional induzido pela política habitacional.

Como resultado, houve a ocupação das franjas da cidade, especialmente na região sul, em virtude dos baixos preços dos terrenos relativamente a áreas com urbanização consolidada. Segundo Anastácio (2018), isso ocorreu apesar das evidências de que a quantidade de unidades habitacionais construídas em Curitiba e região metropolitana, juntamente com o número de imóveis vazios em condições de uso, seria suficiente para atendimento à demanda de inscritos na COHAB-CT. Como resultado, houve manutenção de imóveis ociosos em áreas centrais da cidade, evidenciando o forte cunho político relativo à distribuição da população urbana e ao suposto déficit habitacional. Assim, segundo Almeida & Costa (2014), apesar de a reforma urbana¹³ propor mecanismos que idealmente atacam o problema da mercantilização da terra e buscam viabilizar interesses até então desconsiderados (como dos agricultores aqui retratados), ela se fundamenta em uma concepção economicista e tecnocrata da função social da propriedade, que acaba justamente por estimular a construção em espaços vazios.

Dessa maneira, no caso de Curitiba, os estímulos provocados por anseios político-desenvolvimentistas, ancorados no progresso industrial, na modernidade associada à urbanização e no esforço para a construção de uma “cidade exemplar”, acabaram por provocar um amplo movimento de segmentação e parcelamento do solo. Como consequência, progressivamente foram eliminadas as delimitações entre rural e urbano, com consequente invisibilização e desqualificação do primeiro. Por conseguinte, destaca-se a rapidez com que o solo rural foi parcelado em loteamentos de todas as naturezas (regulares e irregulares) até a sua quase completa ocupação. Paralelamente, mesmo com a preocupação com a manutenção e criação de áreas verdes pelo poder público, o mesmo cuidado não ocorreu em relação às áreas rurais. Como resultado, ainda hoje alguns desses espaços sobrevivem em pequenas áreas destinadas à atividade agropecuária, à artesanaria e a pequenas indústrias voltadas a demandas rurais, mas com tendência ao completo desaparecimento (Boschilia, 2008).

Segundo levantamentos realizados pela prefeitura, em 1980 havia 2.468 pessoas ocupadas em atividades agrícolas em Curitiba, valor reduzido para 126 e 35 respectivamente em 2008 e 2012. O número de estabelecimentos também decaiu consideravelmente ao longo do período, tendo passado de 699 (1980) para 275 (2008) e 88 (2012). Consequentemente, o número de famílias residentes em

¹³ Para mais explicações, ver Bassul (2002).

propriedades com características rurais teve redução de cerca de 70% entre os dois últimos levantamentos (de 488 em 2008, para 144 em 2012). Adicionalmente, a área agrícola contabilizada no ano de 2012¹⁴ (557 ha) correspondia a pouco mais de 5% daquela existente em 1980 (9.725 ha) e foi 55% menor que os valores mensurados em 2008 (1.243 ha). Dados dos últimos Censos Agropecuários (IBGE, 2021d, 2021e), embora distintos, corroboram esses achados na medida em que indicam significativo declínio na área destinada à agricultura no município ao longo da década analisada, na ordem de 72% (2.655 ha em 2006, para 745 ha em 2017). Porém, a redução proporcional na quantidade de estabelecimentos e de pessoas ocupadas foi menor em relação à contagem da municipalidade, 27% (169 para 123) e 23% respectivamente. Complementarmente, das 354 pessoas ocupadas em 2017, 80 não tinham laço de parentesco com os responsáveis pelos estabelecimentos e, destes, 58 eram trabalhadores permanentes (IPPUC, 1984a; Pereira et al., 2010; IBGE, 2021a, 2021d, 2021e).

Entre as administrações regionais mais afetadas pela perda de estabelecimentos agropecuários, em números absolutos, estão aquelas que comportam bairros conurbados com municípios da região metropolitana, onde estão localizadas áreas para onde ocorreu a última expansão da fronteira urbana (Tabela 2), sendo elas: Boa Vista (30 estabelecimentos) ao norte; Tatuquara (36) e Bairro Novo (39) ao sul; CIC (38) a sudoeste; e Santa Felicidade (39) a noroeste. Ao desagregar esses dados por bairros, observa-se que as maiores reduções ocorreram no Umbará (38 para 14), Augusta (36 para 17), São Miguel (27 para 17), Caximba (23 para 4) e Butiatuvinha (21 para 8):

Tabela 2. Número de propriedades com atividades agrícolas em Curitiba nos anos de 2008 e 2012, segundo administrações regionais e bairros mais afetados.

Administração regional	2008	2012	Redução (%)	Bairros com maior redução
Bairro Novo	56	17	69,6	Umbará Ganchinho
Boa Vista	33	3	90,9	Santa Cândida
Boqueirão	4	1	75	Alto Boqueirão
Cajuru	1	0	100	
CIC	74	36	51,4	Augusta São Miguel
Pinheirinho	1	0	100	
Santa Felicidade	63	24	61,9	Campo Comprido Butiatuvinha Orleans
Tatuquara	43	7	83,7	Campo de Santana Caximba
Total geral	275	88	68	

Fonte: elaborado com base em Pereira et al. (2010).

Conseqüentemente, a produção agropecuária sofreu significativa retração em área, número de estabelecimentos e produção em cerca de quatro décadas (Tabela 3). No período entre 1980 e 2012, praticamente 96% das áreas com pastagens foram perdidas, e, entre 2008 e 2012, a redução foi de 73%. Soma-se a isso o declínio de 87% nas áreas com lavouras, onde, especificamente, houve recuo de 42% no total de terras destinadas à olericultura, atividade característica da região de Curitiba, entre 2008 e 2012. Quanto à criação animal, em 2008 havia 10.478 animais e, em 2012, 3.280¹⁵. Apesar da diminuição substancial e contínua ao longo do período, as aves representavam o maior contingente de produção animal, especialmente os galináceos de corte e produção de ovos (IPPUC, 1984a; Pereira et al., 2010).

¹⁴ Planilha referente ao Cadastro de Imóveis Rurais de Curitiba, do ano de 2012, fornecida pelo servidor da SMSAN, Rodolfo Brasil de Queiroz, diretamente a Elizandra Flávia Araujo.

¹⁵ Idem.

Tabela 3. Comparação entre produção vegetal e animal em estabelecimentos agropecuários de Curitiba, segundo dados da prefeitura municipal de 1980, 2008 e 2012⁽¹⁾.

	1980	2008	2012
Produção vegetal (ha)			
Pastagens	1.878	293,39	78,25
Matas ou florestas	NI	515,6	194,9
Lavouras	1.618	272,4	209,3
Permanentes	91	NI	NI
Temporárias	1.527	NI	NI
Olericultura	NI	92,7	53,7
Produção animal (n)			
Estabelecimentos	NI	216	139
Aves – galináceos e outras	385.043	7.727	2.643
Bovinos	2.409	584	145
Equinos	NI	501	168
Ovinos	NI	955	125
Suínos	NI	505	187

⁽¹⁾NI – não informado.

Fonte: elaborado com base em IPPUC (1984a) e Pereira et al. (2010).

Já os dados do Censo Agropecuário (Tabela 4) indicam uma diminuição nas áreas com pastagem na ordem de 90%, 82% com matas e 42% com lavouras entre 2006 e 2017. Apesar dessa queda, figuram entre as culturas mais expressivas, em termos de produção, as lavouras temporárias, com destaque para a horticultura, praticada em 70 propriedades em 2017, além do milho, trigo, mandioca, soja e feijão (principalmente preto) – estes dois últimos com aumento na produção entre 2006 e 2017. Esse dado chama a atenção, sobretudo, se for considerada a redução na ordem de 80% da área destinada à produção agroflorestal (Pereira et al., 2010; IBGE, 2021a, 2021b, 2021c, 2021d, 2021e).

Tabela 4. Comparação entre produção vegetal, agroflorestal e animal em estabelecimentos agropecuários de Curitiba, segundo dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017⁽¹⁾.

	2006	2017
Produção vegetal (ha)		
Pastagens	655	66
Matas ou florestas	952	139
Lavouras	783	452
Cultivo de flores	167	14
Permanentes	11	8
Temporárias	598	430
Produção vegetal – lavouras temporárias (t)		
Abóbora	NI	11
Batata-inglesa	62	21
Cebola	16	9
Feijão – colorido e preto	69	111
Mandioca	53	36
Milho em grão	1.003	665
Soja em grão	NI	360
Trigo em grão	48	48

Tabela continua...

Continuação da tabela 4

Produção vegetal – horticultura (t)⁽¹⁾		
Estabelecimentos		70
Alface	283	204
Couve	27	116
Cebolinha	26	84
Agrião	141	67
Almeirão	NI	66
Repolho	96	63
Rúcula	NI	47
Rabanete	46	46
Salsa	12	44
Brócolis	76	40
Espinafre	28	36
Milho-verde (espiga)	32	36
Couve-flor	34	27
Tomate (estaqueado)	16	25
Cenoura	12	22
Pepino	21	22
Beterraba	46	19
Chicória	NI	18
Abobrinha	15	16
Feijão-vagem	20	15
Produção agroflorestal e integrada (ha)		
Sistemas agroflorestais, incluindo integração lavoura-pecuária	61	11
Produção animal (n)		
Estabelecimentos	239	83
Aves – galináceos e outras	8.124	2.068
Bovinos	1.012	356
Equinos	242	48
Ovinos	1.138	169
Suínos	1.163	100

⁽¹⁾NI – não informado. Outras hortaliças cujo cultivo, embora em menores quantidades, foi mapeado pelo Censo Agropecuário de 2017 são: pimentão (14 t), batata-doce (13 t), coentro (13 t), mostarda (semente – 13 t), batata-baroa (mandioquinha ou batata-salsa – 7 t), morango (7 t), berinjela (6 t), chuchu (5 t), quiabo (5 t), alho-poró (3 t), acelga (2 t) e aipo (2 t). Alcachofra, ervilha (vagem), hortelã, jiló e a categoria “outros produtos” corresponderam a uma produção de 1 t cada um.

Fonte: elaborado com base em IBGE (2021a, 2021b, 2021c, 2021d, 2021e).

A expansão do perímetro urbano também traz consequências no que diz respeito ao acesso a políticas de fomento à agricultura. O Censo Agropecuário de 2017 indicou que 66% dos estabelecimentos eram caracterizados como de agricultura familiar, mas, em julho de 2021, havia apenas 17 DAPs¹⁶ físicas e 3 DAPs jurídicas ativas no município. Isso se reflete em diferentes aspectos da produção, entre eles, o baixo percentual de agricultores que recebem assistência e orientação técnicas: em 2008, produtores de 87 (23%) estabelecimentos tinham acesso a esses serviços; em 2012, esse valor foi de

¹⁶Declaração de Aptidão ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

39 (44%). Desses valores, em 64% (2008) e 77% (2012) dos casos, a assistência e orientação eram prestadas pela prefeitura (por meio do setor de AU da SMSAN) e Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/PR)¹⁷; o restante dos produtores que recebiam assistência técnica obtinha esse serviço de entes privados¹⁸. Destaca-se ainda que, até 2003, cerca de 60% dos locais atendidos pela prefeitura por meio do Programa Lavoura correspondiam a pequenos agricultores de Curitiba (IPPUC, 2003; Pereira et al., 2010; Brasil, 2021; IBGE, 2021e).

Ainda, dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2021e) apontaram que pouco mais de um quarto dos produtores tinham acesso à assistência técnica. Apesar de superior à média nacional, que foi de 20%, esse quantitativo é extremamente baixo. Em relação a esse tópico, é preciso enfatizar também que a assistência técnica é considerada central para a qualificação dos produtores, e difusão e uso eficiente de diferentes tecnologias, a fim de ampliar a competitividade desses agricultores de forma sustentável. Isso se reflete no uso de técnicas de cultivo e manejo que podem não garantir a melhor produtividade. Por exemplo, no ano de 2017, o uso de adubação do solo foi relatado em 102 das 123 propriedades, verificando-se que em 40 delas foi utilizada adubação química, em 33 orgânica, e em 29 houve combinação das duas (química e orgânica). O uso de agrotóxicos foi observado em 46 estabelecimentos. Há um risco adicional quando esses produtos são utilizados em áreas urbanas, especialmente se isso ocorrer sem orientação, podendo causar intoxicação aguda da vizinhança por causa da proximidade entre as residências. Ademais, no caso de Curitiba, uma parcela considerável dos estabelecimentos agropecuários está localizada nas Áreas de Proteção Ambiental dos rios Passaúna e Iguçu, usados no abastecimento de água de Curitiba e região metropolitana (Aquino & Assis, 2007; Souza Filho et al., 2011; IBGE, 2021e).

Outra questão nevrálgica no que tange à agricultura e, conseqüentemente, ao abastecimento alimentar diz respeito ao acesso a crédito. Segundo Souza Filho et al. (2011) e Vieira Filho (2014), o fomento à capitalização do setor agrícola possibilita o acesso a tecnologias capazes de aumentar a produtividade e o dinamismo da atividade, especialmente em um ambiente urbano, onde o custo do fator terra é mais elevado em comparação ao ambiente rural. Logo, a dificuldade ou impossibilidade na obtenção de crédito em decorrência do não reconhecimento de agricultores familiares urbanos como categoria constitui mais um fator que contribui para seu desaparecimento. Em 2012, apenas oito produtores acessaram políticas de crédito, sendo eles: Banco do Brasil (1), Finame/BNDES (1), Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – Proagro (1) e Pronaf (5)¹⁹. Já o Censo Agropecuário de 2017 indicou que 94% dos produtores não obtiveram crédito. A ausência de capital se reflete em problemas de investimentos para melhoria da produtividade, como máquinas e implementos agrícolas. Números do último censo (2017) revelam que apenas 55 estabelecimentos contavam com trator, 10 tinham semeadeiras, 7 colheitadeiras, e 8 deles tinham adubadeira. Adicionalmente, pouco menos da metade (47%) dos estabelecimentos contavam com irrigação (IBGE, 2021a, 2021e).

Ainda que a invisibilidade desses agricultores os exclua também de políticas relacionadas a mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o levantamento de 2012 apontou que a produção da maioria dos estabelecimentos (72 dos 88) era destinada à comercialização. Não havia descrição, no entanto, se esses estabelecimentos eram eminentemente comerciais ou se vendiam apenas os excedentes da produção. Não obstante, os principais canais identificados foram: Ceasa e atacadistas, venda direta ao consumidor (na propriedade e casas dos clientes) e varejo (principalmente mercados locais, cerealistas e pontos de comercialização em feiras livres)²⁰.

¹⁷ Em 2019, com base na Lei estadual nº 20.121, foi criado o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Iapar-Emater), como fruto da incorporação da Emater, da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar) e do Centro Paranaense de Referência de Agroecologia (CPRA) pelo Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar).

¹⁸ Planilha referente ao Cadastro de Imóveis Rurais de Curitiba, do ano de 2012, fornecida pelo servidor da SMSAN, Rodolfo Brasil de Queiroz, diretamente a Elizandra Flávia Araujo.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

Isso posto, percebe-se um acúmulo de problemas com os quais esses indivíduos precisam lidar. Às questões similares àquelas tipicamente enfrentadas por pequenos produtores rurais sobrepõem-se as dificuldades decorrentes da localização espacial das propriedades e contratempos típicos da produção em meio urbano. Esses fatores são agravados pelo não reconhecimento de boa parte desses sujeitos como agricultores familiares, o que acarreta a desassistência em termos de políticas públicas destinadas à sua reprodução social, entre elas o Pronaf. Para Zaar (2015), a ausência de marcos legais, políticas públicas e instituições específicas constituem os maiores desafios para a prática da AU. Para a autora:

Esta condição contribui para que exista um amplo conjunto de fatores que limitam o seu desenvolvimento, entre os quais se incluem as restrições do uso do solo urbano, as descontinuidades dos programas e projetos públicos, a necessidade de assistência técnica continuada e a obtenção de créditos, infraestrutura e logística de comercialização. Contextos que de uma ou de outra forma afetam aos produtores organizados sob esta ou outra denominação similar. (Zaar, 2015, p.39).

Por fim, salienta-se que o fomento a diferentes práticas de AU está intimamente ligado a transformações necessárias no seio do modelo agroalimentar hegemônico. Porém, isso exige uma ampla gama de políticas públicas, pautadas em distintas formas e níveis de apoio institucional (governamentais, individual, organizacional e comercial), bem como na participação ativa da sociedade civil nos processos decisórios em torno do território e no desenvolvimento e implementação de projetos de promoção do desenvolvimento urbano sustentável em diferentes níveis espaciais. Todavia, é necessário evitar a reprodução de um discurso que enfatize apenas os benefícios da AU e tenda a ocultar *trade-offs*, contradições e conflitos em torno do tema, ou mesmo relegue o movimento a alguns grupos sociais, como ocorreu em suas origens, quando foi marginalizado. Para que isso não ocorra, é importante ter em mente a complexidade de fatores envolvidos na temática. A abordagem deve ser feita de maneira interdisciplinar, tanto em relação às pesquisas quanto à sua inserção na agenda governamental, reunindo e promovendo a articulação entre políticas alimentares, de planejamento urbano, de saúde, ambientais e fundiárias, entre outras (Mok et al., 2014; Tornaghi, 2014; Goldstein et al., 2016; Caron et al., 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura como prática urbana é histórica em Curitiba, especialmente por meio de ações do poder público, e tem ganhado cada vez mais notoriedade, também em virtude de iniciativas da sociedade civil, possibilitando a identificação de três grupos de indivíduos. O primeiro deles se refere aos beneficiários assistidos pelo Programa Municipal de Hortas Comunitárias, cujas principais características são a prática da AU como meio de lazer e forma de lembrança do passado, pois muitos desses indivíduos trabalhavam como agricultores anteriormente à sua migração para a capital. Inicialmente, o Programa buscava dar uso produtivo a áreas de vazios urbanos em bairros onde a urbanização não estava consolidada, evitando o surgimento de ocupações irregulares. Ao mesmo tempo, objetivava-se possibilitar melhorias na alimentação de populações em risco e vulnerabilidade social. Atualmente, apesar de mudanças nesses critérios, há concentração de hortas comunitárias em bairros distantes do Centro e conurbados com municípios da região metropolitana, especialmente no extremo sul da cidade, bem como predominância de usuários com renda de até 2 salários mínimos.

O outro grupo corresponde àqueles que fazem uso da AU como ferramenta de ação política tanto em relação à insustentabilidade do sistema agroalimentar quanto em oposição ao planejamento urbano centralizador. São indivíduos organizados, com elevado nível de escolaridade e renda média, residentes em áreas com infraestrutura urbana consolidada e abarcadas pela imagem de cidade-modelo.

As principais marcas da ação desse coletivo foram a ocupação do Bosque Gomm e a proposição da Lei Municipal de Agricultura Urbana, eventos que desencadearam debates sobre o desenho urbano e a forma como a cidade foi pensada.

Por fim, o terceiro grupo é composto por agricultores cuja presença na cidade remete à criação do cinturão verde, mas que foram invisibilizados por causa de uma política de expansão urbana que privilegiou o capital imobiliário – isso porque boa parte dos locais onde havia estabelecimentos agropecuários foi destinada à habitação, especialmente de interesse social. Como principais consequências estão a dificuldade desses sujeitos em acessar políticas públicas de fomento sobretudo à agricultura familiar, como crédito e assistência técnica.

Assim, percebe-se que o fenômeno da AU em Curitiba se dá de forma espalhada, mas heterogênea, refletindo as contradições observadas no tecido urbano, questões que ultrapassam a discussão alimentar. Em síntese, alguns buscam obter a melhoria da alimentação por meio de uma atividade que lhes é prazerosa, enquanto veem na AU uma oportunidade de participar ativamente na construção da cidade. Há, ainda, aqueles que, ano após ano, desaparecem engolidos pela expansão da cidade sem que sejam notados. O mapeamento desses grupos e o debate em torno de diferentes práticas são de grande valia para a formulação de políticas de acordo com as necessidades dos distintos grupos de interesse, pois o presente estudo, embora inicial, permite perceber que cada grupo tem demandas próprias específicas dentro de um mesmo espaço urbano.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. 37p. (Ipea. Texto para discussão, 702).
- ALBUQUERQUE, A.F. de. **A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade-modelo”**. 2007. 157p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ALMEIDA, D.A.O. de; COSTA, H.S. de M. Agricultura urbana: uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O TRATAMENTO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NO MEIO URBANO E RESTRIÇÕES AMBIENTAIS AO PARCELAMENTO DO SOLO, 3., 2014. Belém. [**Anais**]. Belém: UFPA, 2014. APP URBANA 2014. Eixo temático 1: A dimensão ambiental da cidade como objeto de discussão teórica.
- ANASTÁCIO, M.F. Curitiba: casas vazias e déficit habitacional. Intervenções do Estado e do mercado na questão da moradia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA E GESTÃO TERRITORIAL, 1.; SEMANA ACADÊMICA DE GEOGRAFIA, 34., 2018, Londrina. **Anais**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. p.232-246. Disponível em: <<http://anais.uel.br/portal/index.php/sinagget>>. Acesso em: 21 nov. 2019.
- AQUINO, A.M. de; ASSIS, R.L. de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & Sociedade**, v.10, p.137-150, 2007.
- AQUINO, A.M. de; MONTEIRO, D. Agricultura urbana. In: AQUINO, A.M. de; ASSIS, R.L. de (Ed.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. p.185-198.
- ARAÚJO, E.C. de. Preservação ambiental de cidades: uma tradução jurídica e urbanística do Estatuto da Cidade. **Cadernos Metrópole**, v.19, p.67-79, 2008.
- BASSUL, J.R. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. **EURE (Santiago)**, v.28, p.133-144, 2002. DOI: <https://doi.org/10.4067/S0250-71612002008400008>.
- BOSCHILIA, E.C. **Os derradeiros artífices de uma cultura rural: artesanaria para uso rurícola ou doméstico tradicional em Curitiba-PR**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2008. 274p. (Boletim Informativo Casa Romário Martins, n.138).
- BRASIL. Casa Civil. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). **Extrato DAP**. Disponível em: <<http://smapi4.mda.gov.br/extratodap/>>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- BRASIL. Congresso. Senado. **Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2017**. Estabelece normas gerais sobre agricultura urbana sustentável. Disponível em: <t.ly/PMzB>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- CARON, P.; LOMA-OSORIO, G.F. y de; NABARRO, D.; HAINZELIN, E.; GUILLOU, M.; ANDERSEN, I.; ARNOLD, T.; ASTRALAGA, M.; BEUKEBOOM, M.; BICKERSTETH, S.; BWALYA, M.; CABALLERO, P.; CAMPBELL, B.M.; DIVINE, N.; FAN, S.; FRICK, M.; FRIIS, A.; GALLAGHER, M.; HALKIN, J.-P.; HANSON, C.; LASBENNES, F.; RIBERA, T.; ROCKSTROM, J.; SCHUEPBACH, M.; STEER, A.; TUTWILER, M.A.; VERBURG, G. Food systems for sustainable development: proposals for

a profound four-part transformation. **Agronomy for Sustainable Development**, v.38, art.41, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s13593-018-0519-1>.

COHAB-CT. Companhia de Habitação Popular de Curitiba. **Cohab**: o sonho da casa própria conta a história da habitação popular na cidade. Curitiba, 2018.

COSTA, H.S. de M.; ALMEIDA, D.A.O. de. Agricultura urbana: possibilidades de uma práxis espacial? **Cadernos de Estudos Culturais: Eixos Periféricos**, v.4, p.1-21, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/3528>. Acesso em: 10 out. 2020.

COSTA, N. do R. Comunidade epistêmica e a formação da reforma sanitária no Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v.24, p.809-829, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312014000300008>.

CUEVAS VARGAS, R.A. **De la ocupación a la territorialización del espacio público**: la experiencia del Parque Gomm, Curitiba, Paraná. 2018. 134p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CURITIBA. Câmara Municipal. **Audiência debate intensificação da agricultura urbana em Curitiba**. 2017. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/audiencia-debate-intensificacao-da-agricultura-urbana-em-curitiba>. Acesso em: 6 jul. 2018.

CURITIBA. Câmara Municipal. Lei nº 9.800, de 3 de janeiro de 2000. Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo no município de Curitiba e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, 4 jan. 2000a, p.1-27.

CURITIBA. Câmara Municipal. **Projeto sobre agricultura urbana tem o aval da Comissão de Urbanismo**. 2018a. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/projeto-sobre-agricultura-urbana-tem-o-aval-da-comissao-de-urbanismo>. Acesso em: 6 jul. 2018.

CURITIBA. Lei nº 15.300, de 28 de setembro de 2018. Autoriza a ocupação de espaços públicos e privados para o desenvolvimento de atividades de agricultura urbana. **Diário Oficial do Município**, 28 set. 2018b. p.19-20.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. **28ª horta comunitária da cidade é entregue no Boqueirão**. 2019a. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/28-horta-comunitaria-da-cidade-e-entregue-no-boqueirao/52065>. Acesso em: 14 nov. 2019.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. **Agricultura Urbana**. 2021. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/agricultura-urbana/714>. Acesso em: 2 dez. 2021.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. **Cabral ganha a 86ª horta urbana da cidade**. 2020a. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/cabral-ganha-a-86-horta-urbana-da-cidade/54665>. Acesso em: 2 dez. 2021.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. **Curitiba é finalista em premiação mundial de cidades inteligentes**. 2018c. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-e-finalista-em-premiacao-mundial-de-cidades-inteligentes/48161>. Acesso em: 13 dez. 2021.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. **Curitiba ganhará fazenda urbana referência em segurança alimentar**. 2018d. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-ganhara-fazenda-urbana-referencia-em-seguranca-alimentar/47858>. Acesso em: 14 nov. 2019.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. **Horta comunitária começa a surgir em terreno antes tomado por entulho**. 2019b. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/horta-comunitaria-comeca-a-surgir-em-terreno-antes-tomado-por-entulho/53556>. Acesso em: 14 nov. 2019.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. **Horta Monteiro Lobato passa a beneficiar 175 moradores do Tatuquara**. 2019c. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/horta-monteiro-lobato-passa-a-beneficiar-175-moradores-do-tatuquara/49909>. Acesso em: 14 nov. 2019.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. **Horta Sambaqui foi revitalizada e está pronta para produzir**. 2019d. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/horta-sambaqui-foi-revitalizada-e-esta-pronta-para-produzir/52303>. Acesso em: 14 nov. 2019.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. **I Encontro sobre Abastecimento Alimentar**. Curitiba, 2000b.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. **I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN – 2016 a 2019**. Curitiba, 2016. Disponível em: <https://mid.curitiba.pr.gov.br/2021/00323535.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. **Mais fértil, horta comunitária coloca alimentos saudáveis na mesa de moradores**. 2019e. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/mais-fertil-horta-comunitaria-coloca-alimentos-saudaveis-na-mesa-de-moradores/52208>. Acesso em: 14 nov. 2019.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. **Novos Jardins de Mel ajudam a melhorar produção nas hortas urbanas comunitárias**. 2018e. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/novos-jardins-de-mel-ajudam-a-melhorar-producao-nas-hortas-urbanas-comunitarias/46489>. Acesso em: 14 nov. 2019.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. **Programa semeia novo espaço para agricultura urbana na cidade**. 2018f. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/programa-semeia-novo-espaco-para-agricultura-urbana-na-cidade/48763>. Acesso em: 14 nov. 2019.

- CURITIBA. Prefeitura Municipal. **Relatório de Gestão da Prefeitura Municipal de Curitiba 2020**. Curitiba: IMAP, 2020b. Disponível em: <http://www.imap.curitiba.pr.gov.br/arquivos/re_l_gestao_2020.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2022.
- CURITIBA. Prefeitura Municipal. **Segurança alimentar e nutricional: a experiência de Curitiba**. Curitiba, 2003.
- CURITIBA. Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. **Projeto Nosso Quintal**. Curitiba, 1993a. Folder.
- CURITIBA. Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. **Programa “Nosso Quintal”**. Curitiba, [200-].
- CURITIBA. Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. **Relatório dos projetos desenvolvidos pela SMAB: período: janeiro à julho/97**. Curitiba, 1997.
- CURITIBA. Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. **Súmula dos projetos: período: janeiro/97 à junho/98**. Curitiba, [1998?].
- CURITIBA. Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. **Relatório analítico da gestão 2009-2012**. Curitiba: Secretaria Municipal de Comunicação Social, 2012.
- CURITIBA. **Secretaria Municipal do Abastecimento – SMAB**. Curitiba, 2005.
- CURITIBA. Secretaria Municipal do Abastecimento. **Agricultura urbana em Curitiba: semeando o campo na cidade**. Curitiba, 2010.
- CURITIBA. Secretaria Municipal do Abastecimento. **Plano de ação para 1993**. Curitiba, 1993b.
- DUBBELING, M. A agricultura urbana como estratégia de redução de riscos e desastres diante das mudanças climáticas. **Revista de Agricultura Urbana**, n.27, p.2-12, 2014.
- FANTINI, M.T. **Paisagens dominantes e alternativas e espaços públicos insurgentes: estudo a partir do Parque Gomm, em Curitiba/PR**. 2018. 102p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Criar cidades mais verdes**. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/i1610p/i1610p00.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.
- FENIMAN, E.H. **Hortas curitibanas: as representações simbólicas do cultivo de alimentos na cidade**. 2014. 143p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- G1 PARANÁ. **Após impasse sobre cultivo em calçadas de Curitiba, prefeitura promete nova regulamentação**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/apos-impasse-sobre-cultivo-em-calçadas-de-curitiba-prefeitura-promete-nova-regulamentacao.ghtml>>. Acesso em: 8 nov. 2019.
- GOLDSTEIN, B.; HAUSCHILD, M.; FERNÁNDEZ, J.; BIRKVED, M. Urban versus conventional agriculture, taxonomy of resource profiles: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, v.36, art.9, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1007/s13593-015-0348-4>.
- HAAS, P.M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. **International Organization**, v.46, p.1-35, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0020818300001442>.
- HORTA COMUNITÁRIA DE CALÇADA CRISTO REI. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/hortacristorei/posts/?ref=page_internal>. Acesso em: 8 nov. 2019.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro 2017: indicadores municipais: [Curitiba-PR]**. Disponível em: <<https://mapasinterativos.ibge.gov.br/agrocompara/>>. Acesso em: 1 jul. 2021a.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?edicao=25757&t=resultados>>. Acesso em: 9 set. 2021b.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 9 set. 2021c.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Curitiba: Censo Agropecuário: 2006**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/pesquisa/24/27745?ano=2006>>. Acesso em: 2 jul. 2021d.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Curitiba: Censo Agropecuário: 2017 - resultados definitivos**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/pesquisa/24/27745?ano=2017>>. Acesso em: 1 jul. 2021e.
- IPPUC 55 anos. **Revista Espaço Urbano**, n.13, 2020.
- IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Abastecimento alimentar: Plano de Ação 1983-1987**. Curitiba, 1984a.
- IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Equipamentos urbanos de Curitiba: Abastecimento – Programas comunitários**. Curitiba, 2003.
- IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Plano de recuperação urbana das áreas periférica: instrumentos de planejamento: 1983-1987**. Curitiba, 1984b.
- IRAZÁBAL, C. Desenho urbano, planejamento e políticas de desenvolvimento em Curitiba. In: DEL RIO, V.; SIEMBIEDA, W. (Org.). **Desenho urbano contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: LTC, 2013. p.179-197.

- JORNAL GAZETA DO POVO. **Mercadão Popular**: abastecimento atende a população carente. Curitiba, 18 out. 1987.
- LYDON, M.; GARCIA, A. **Tactical urbanism**: short-term action, long-term change. Washington: Island Press, 2015. 287p.
- MANDATO GOURA. **Agricultura urbana Curitiba**. 2018. Disponível em: <<https://mandatogoura.com.br/wp-content/uploads/2019/05/MapaAgriculturaUrbanaOK.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- MOK, H.-F.; WILLIAMSON, V.G.; GROVE, J.R.; BURRY, K.; BARKER, S.F.; HAMILTON, A.J. Strawberry fields forever? Urban agriculture in developed countries: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, v.34, p.21-43, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1007/s13593-013-0156-7>.
- MONTEIRO, F.A. Habitação popular em Curitiba/PR: da criação da COHAB à implementação do Programa Minha Casa Minha Vida. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017, São Paulo. [Anais]. São Paulo: USP, 2017. p.1-21. Sessão Temática 5: Habitação e a Produção do Espaço Urbano e Regional.
- MOUGEOT, L.J.A. African city farming from a world perspective. In: EGZIABHER, A.G.; LEE-SMITH, D.; MAXWELL, D.G.; MEMON, P.A.; MOUGEOT, L.J.A.; SAWIO, C.J. **Cities feeding people**: an examination of urban agriculture in East Africa. Ottawa: IDRC, 1994. p.1-22.
- MOUGEOT, L.J.A. **Urban agriculture**: definition, presence, potentials and risks, and policy challenges. Ottawa: IDRC, 2000. 58p. (Cities feeding people series, report 31).
- NOGUEIRA, P.C.E.; PORTINARI, D.B. Urbanismo tático e a cidade neoliberal. **Arcos Design**, v.9, p.177-188, 2016.
- OLIVEIRA, E.F.A. de. **Da colônia à metrópole**: trajetórias e discursos em torno da agricultura urbana na cidade de Curitiba/Paraná. 2021. 128p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Como construir cidades mais resilientes**: um guia para gestores públicos locais. Genebra, 2012. Disponível em: <https://www.unisdr.org/files/26462_guiagestorespublicosweb.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo**: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2019.
- PEREIRA, E.R.; TAKASHINA, M.K.; MORAIS, B.E. de; LALICO, H.C.; HAMMERSCHMIDT, M.; CRUZ, L.S. da; AMARAL, L.B. do; SCUISSATO, C.S.D.; FERNANDES, W.F.; SOUZA, P.C.; OLIVEIRA, B.A. de; PIANARO, S.L. Censo Agrícola de Curitiba. **Revista Gestão Pública em Curitiba**, v.1, p.15-38, 2010.
- RPC CURITIBA. **Prefeitura quer retirar plantação de bananeiras de morador de calçada de Curitiba**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/prefeitura-quer-retirar-plantacao-de-bananeiras-de-morador-de-calcada-de-curitiba.ghtml>>. Acesso em: 8 nov. 2019.
- SALVEMOS O BOSQUE DA CASA GOMM. Disponível em: <<https://www.facebook.com/SalvemosOBosqueDaCasaGomm/>>. Acesso em: 18 nov. 2019.
- SANTANA, D.T. **Praça de bolso do ciclista de Curitiba/PR**: idealização, cotidiano e o uso da bicicleta como forma de contestação. 2016. 185p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- SANTANDREU, A.; LOVO, I.C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. Belo Horizonte: FAO, 2007.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174p.
- SOUZA FILHO, H.M. de; BUAINAIN, A.M.; SILVEIRA, J.M.F.J. da; VINHOLIS, M. de M.B. Condicionantes da adoção de inovações tecnológicas na agricultura. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v.28, p.223-255, 2011.
- SWINBURN, B.A.; KRAAK, V.I.; ALLENDER, S.; ATKINS, V.J.; BAKER, P.I.; BOGARD, J.R.; BRINSDEN, H.; CALVILLO, A.; DE SCHUTTER, O.; DEVARAJAN, R.; EZZATI, M.; FRIEL, S.; GOENKA, S.; HAMMOND, R.A.; HASTINGS, G.; HAWKES, C.; HERRERO, M.; HOVMAND, P.S.; HOWDEN, M.; JAACKS, L.M.; KAPETANAKI, A.B.; KASMAN, M.; MKUHNLEIN, H.V.; KUMANYIKA, S.K.; LARIJANI, B.; LOBSTEIN, T.; LONG, M.W.; MATSUDO, V.K.R.; MILLS, S.D.H.; MORGAN, G.; MORSHED, A.; NECE, P.M.; PAN, A.; PATTERSON, D.W.; SACKS, G.; SHEKAR, M.; SIMMONS, G.L.; SMIT, W.; TOOTEE, A.; VANDEVIJVERE, S.; WATERLANDER, W.E.; WOLFENDEN, L.; DIETZ, W.H. The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: the Lancet Commission report. **The Lancet**, v.393, p.791-846, 2019. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)32822-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32822-8).
- TORNAGHI, C. Critical geography of urban agriculture. **Progress in Human Geography**, v.38, p.551-567, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/0309132513512542>.
- ULTRAMARI, C.; DUARTE, F. **Inflexões urbanas**. Curitiba: Champagnat, 2009. 196p. (Coleção Cidade & Arquitetura).
- VIDEIRO ROSA, P.P. Políticas públicas em agricultura urbana e periurbana no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, número especial EGAL, p.1-17, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2384/2280>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

VIEIRA FILHO, J.E.R. Transformação histórica e padrões tecnológicos da agricultura brasileira. In: BUAINAIN, A.M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J.M. da; NAVARRO, Z (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014. p.395-421.

YONEGURA, V.B.; SILVA, H.M. da. Agricultura urbana e a transformação da vida e da paisagem no Tatuquara, Curitiba-PR. **Confins – Revue Franco-Brésilienne de Géographie**, n.52, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.41629>.

ZAAR, M.H. A agricultura urbana e periurbana (AUP) no marco da soberania alimentar. **Sociedade e Território**, v.27, p.26-44, 2015.
